

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH - HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DOS CAETÉS									
(CNPJ 23.453.830/0023-85) Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)									
Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo/Circulante	Notas	2025	2024	Patrimônio Social		Superávit/(Déficit) Acumulado		Total	
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.886.148	7.989.537	Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.222.709		(531.408)	
Contas a receber	5	884.811	8.859.137	Incorporação ao Patrimônio Social		(531.408)		531.408	
Estoque	6	1.055.349	835.152	Superávit/(Déficit) do Exercício		-		276.938	
Outros créditos		146.531	163.195	Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.691.301		276.938	
Despesas antecipadas		815	-	Incorporação ao Patrimônio Social		276.938		(276.938)	
Contratos de gestão	3m	39.228.608	41.293.271	Déficit (Superávit) do Exercício		-		(635.100)	
Total do Ativo Circulante		55.202.262	59.140.292	Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.968.239		(635.100)	
Ativo Não Circulante				Demonstrações de Resultados e de Resultado Abrangente					
Imobilizado - Próprio	7a	68.661	35.896	Receitas Operacionais		Notas		2025	
Imobilizado - Contrato de Gestão	7b	4.285.322	5.038.513	Serviços prestados pacientes SUS		2024		2024	
Intangível - Contrato de Gestão	7c	42.380	65.392	(-) Glosas		(142.776)		(18.942)	
Total do Ativo não Circulante		4.396.363	5.139.801	Receita Líquida		96.646.446		92.595.749	
Total do Ativo		59.598.625	64.280.093	Custos		Pessoal e encargos		(59.493.931)	
Passivo e Patrimônio Social	Notas	2025	2024	Pessoal e encargos		(16.948.986)		(15.385.227)	
Circulante				Materiais e medicamentos		(10.992.420)		(10.454.754)	
Fornecedores	8	5.931.140	5.895.995	Superávit/(Déficit) Líquido		9.211.109		10.110.507	
Obrigações trabalhistas	9	3.412.034	3.548.656	Despesas		Pessoal e encargos		(4.237.247)	
Obrigações sociais	10	685.647	855.013	Serviços de terceiros		-		(3.846.307)	
Obrigações fiscais		280.706	281.068	Impostos, taxas e contribuições		(17.008)		(22.910)	
Outras contas a pagar	11	135.465	1.041.872	Depreciação/amortização		(779.348)		(777.497)	
Partes relacionadas	12	235.372	250.000	Despesas gerais e administrativas		15		(6.410.723)	
Contratos de gestão	3m	39.228.608	41.293.271	Déficit (Superávit) Antes do Resultado Financeiro		(2.233.217)		(989.582)	
Total do Passivo Circulante		49.908.972	53.165.875	Financeira Líquidas		Despesas financeiras		(179.417)	
Ativo Não Circulante				Receitas financeiras		974.923		626.471	
Receitas diferidas	14	4.346.629	5.136.119	Déficit (Superávit) Antes de Outras Despesas e Receitas		(1.437.711)		(488.561)	
Outras obrigações		25	-	Outras Despesas e Receitas		Doações e subvenções		14.907	
Subvenções para investimentos		9.860	9.860	Outras receitas e despesas		787.704		718.460	
Total do Passivo não Circulante		4.356.514	5.145.979	Déficit (Superávit) do Exercício		(635.100)		276.938	
Patrimônio Social				Outros resultados abrangentes		-		-	
Patrimônio social		5.968.239	5.691.301	Total Resultado Abrangente		(635.100)		276.938	
Déficit (Superávit) acumulado		(635.100)	276.938	táveis: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:					
Total do Patrimônio Social		5.333.139	5.968.239	Taxa Anual de Depreciação - %		Aparelhos Méd. e Cir.		10%	
Total do Passivo e Patrimônio Social		59.598.625	64.280.093	Taxa Anual de Amortização - %		Eq. Pedagógicos		10%	
Notas Explicativas das Demonstrações				Instrumentos de Cirurgia		10%		Máquina e Equipamentos	
1. Contexto Operacional: a. Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público dos Caetés (HRPC) está localizado na Avenida Barão de Capanema, nº 3191, Bairro - Centro, Capanema/PA, CEP: 68700-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. b. Contrato de Gestão: Considerando o Contrato de Gestão 10º T.A. nº 005/SESPA/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público dos Caetés, vigente até 01 de junho de 2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				Móveis e Utensílios		10%		Móveis e Utensílios Hosp.	
Ambito				Legislação		Publicação		Eq. Informática	
Federal				Decreto Federal nº 50.517/61		DOU de 23/12/1970		Aparelhos Telefônicos	
Estadual				Lei Estadual nº 5.341/1969		DOE de 19/11/1969		O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.	
Municipal				Lei Municipal nº 416		DOM de 16/08/1967		Taxa Anual de Depreciação - %	
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCEP/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 05 de março de 2026. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. Resumo das Principais Políticas Con-				Software		20%		e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido	

★ continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DOS CAETÉS

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

7. Imobilizado e Intangível:

a. Imobilizado - Próprio:

Em 31 de dezembro de 2024

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Instru-mentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Total
Saldo inicial	-	7.331	9.048	-	14.753	-	-	31.132
Aquisições	-	-	-	9.930	814	-	-	10.744
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.759)	(2.235)	(248)	(1.738)	-	-	(5.980)
Saldo contábil líquido	-	5.572	6.813	9.682	13.829	-	-	35.896

Em 31 de dezembro de 2025

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Instru-mentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Total
Saldo inicial	-	5.572	6.813	9.682	13.829	-	-	35.896
Aquisições	10.437	-	-	21.652	3.438	1.966	4.329	41.822
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(352)	-	-	(352)
Depreciação	(342)	(1.759)	(2.235)	(2.006)	(1.852)	(120)	(391)	(8.705)
Saldo contábil líquido	10.095	3.813	4.578	29.328	15.063	1.846	3.938	68.661

b. Imobilizado -

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq. Informática	Instru-mentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Eq. Pedagógicos	Total
Em 31 de dezembro de 2024									
Saldo inicial	2.922.974	13.300	561.480	452.431	488.599	683.741	609.566	19.302	5.751.393
Aquisições	25.480	-	3.150	-	12.170	1.780	-	-	42.580
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(1.540)	(5.415)	-	(6.955)
Depreciação	(338.682)	(3.720)	(149.561)	(50.207)	(56.920)	(77.727)	(69.518)	(2.170)	(748.505)
Saldo contábil líquido	2.609.772	9.580	415.069	402.224	443.849	606.254	534.633	17.132	5.038.513
Em 31 de dezembro de 2025									
Saldo inicial	2.609.772	9.580	415.069	402.224	443.849	606.254	534.633	17.132	5.038.513
Aquisições	3	-	3	-	1	13	5	-	25
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(3.361)	(2.223)	-	(5.584)
Depreciação	(338.941)	(3.720)	(149.622)	(50.221)	(56.997)	(77.262)	(68.699)	(2.170)	(747.632)
Saldo contábil líquido	2.270.834	5.860	265.450	352.003	386.853	525.644	463.716	14.962	4.285.322

c. Intangível - Contrato de Gestão:

Em 31 de dezembro de 2024

	Software	Total
Saldo inicial	88.404	88.404
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.012)	(23.012)
Saldo contábil líquido	65.392	65.392

Em 31 de dezembro de 2025

	Software	Total
Saldo inicial	65.392	65.392
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.012)	(23.012)
Saldo contábil líquido	42.380	42.380

8. Fornecedores:

	2025	2024
Materiais e medicamentos	322.578	489.859
Serviços	1.313.751	1.256.159
Serviços médicos	3.919.508	3.597.191
Diversos	375.303	552.786
Total	5.931.140	5.895.995

9. Obrigações Trabalhistas:

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	1.418.871	1.637.181
Provisão férias	1.844.688	1.770.306
Provisões FGTS s/ férias	147.065	141.169
Outras provisões	1.410	-
Total	3.412.034	3.548.656

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2025	2024
Caixa em espécie	1.200	1.200
Banco conta movimento	25.982	16.047
Aplicações financeiras	-	-
Liquidez imediata	13.858.966	7.972.290
Total	13.886.148	7.989.537

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 01/06/2026.

	2025	2024
Contrato de gestão 005/SESPA/2022	884.811	8.859.137
Total	884.811	8.859.137

Aging List

	2025	2024
A vencer	-	-
Até 30 dias	425.736	8.392.104
De 31 a 60 dias	228.081	254.351
De 61 a 90 dias	230.994	123.286
De 91 a 180 dias	-	89.396
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
Total	884.811	8.859.137

6. Estoques:

	2025	2024
Drogas e medicamentos	334.211	272.631
Materiais de uso do paciente	478.973	382.939
Fios cirúrgicos	19.146	23.648
Limpeza e higienização	24.963	25.395
Dietas enterais e parenterais	25.740	12.782
Materiais de laboratório	1.358	1.418
Demais materiais	170.958	116.339
Total	1.055.349	835.152

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

13. Provisão para Contingências: a. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2025	2024
Possível	-	-
Cível	-	-
Trabalhista	220.580	-
Total	220.580	-

14. Receitas Diferidas: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2025	2024
Imobilizado - contrato de gestão	6.706.121	6.713.887
Intangível - contrato de gestão	115.060	115.060
Total investido em ativo	6.821.181	6.828.947
Depreciação/amortização acumulada	(2.493.479)	(1.725.042)
Total imobilizado/intangível líquido	4.327.702	5.103.905

	2025	2024
Saldo para investimento	18.927	32.214
Total	4.346.629	5.136.119

15. Despesas Gerais e Administrativas:

	2025	2024
Serviços de gestão	(2.984.809)	(2.698.982)
Energia elétrica	(1.785.763)	(2.386.688)
Aluguel de máquinas	(1.283.374)	(1.081.220)
Viagens e hospedagem	(65.007)	(62.122)
Outros	(291.770)	(224.363)
Total	(6.410.723)	(6.453.375)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	4.722.254	4.981.872
INSS	4.722.254	4.981.872
COFINS	2.903.677	2.778.046
COFINS	2.903.677	2.778.046
Total	7.625.931	7.759.918

17. Cobertura de Seguros: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	13.858.966	7.972.290
Contas a receber	884.811	8.859.137
Total ativos financeiros	14.743.777	16.831.427
Fornecedores	5.931.140	5.895.995
Total passivos financeiros	5.931.140	5.895.995

19. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos Subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 005/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 01 de junho de 2026.

Belém - PA, 05 de março de 2026

Iago da Silva Tobias

Diretor Executivo - CPF. 019.506.442-94

Lienay Teixeira de Macedo Koury

Controladora - CRC/PA - 021003/O

continua ★

★ continuação

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DOS CAETÉS

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público dos Caetés - Capanema - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público dos Caetés, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Hospital Regional Público dos Caetés, em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais e ofícios junto ao Ente Público. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação de perspectiva do recebimento do contas a receber junto a SESPA vencidos a 30 ou mais dias, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Renovação de contrato de gestão:** Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional Público dos Caetés está vigente até 01 de junho de 2026, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. Chamamos a atenção ao fato de que, como previsto item 2.1.40.5 do contrato de gestão homologado pelo Ente Público, as reservas financeiras destinadas às provisões, incluindo aquelas referentes a rescisões trabalhistas, são mantidas em aplicações financeiras, as quais totalizavam R\$ 4.149.403 em 31 de dezembro de 2025. **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado já existente na unidade e atualmente utilizado nas operações da Entidade, não foi reconhecido nestas demonstrações contábeis, uma vez que a Administração não recebeu documentos e controles suficientes, por parte da SESPA, para realizar tal incorporação. A Administração ressalta que o imobilizado atual e os ativos que forem adquiridos durante a sua gestão, serão integralmente revertidos ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão, portanto, considera que não há efeitos significativos ao patrimônio social para administração operacional do Hospital. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 10 de março de 2025, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 05 de março de 2026. **Planners Lanners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº 2SP 14.712/O-2**
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo: 1301460

